PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 228, DE 2004

Altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências.

EMENDA Nº /04-CE **(Do Sr. Sandro Mabel e outros)**

Art. 1º Suprima-se a alínea “c” do inciso V do art. 34; o inciso V do art. 36; a alínea “d” do inciso III do art. 105; o art. 152-A; a alínea “c” do inciso II, os incisos IV, V, VI, VII, VIII, as alíneas “a” e “c” do inciso IX, a alínea “c” do inciso X, o inciso XI, as alíneas “a”, “b”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “l”, “m”, “n”, “o” do inciso II, o inciso XIII todos do § 2º e o parágrafo 7º, ambos do artigo 155, da Constituição Federal, nos termos do artigo 1º da PEC 228/2004.

Art 2º Suprima-se o art. 95 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, nos termos do art. 2º da PEC 228/2004.

Art. 3º Suprima-se os artigos 3º, 5º, 6º e 8º da PEC 228/2004.

Art 4º Suprima-se a expressão “a alínea e do inciso XII do §2º e os parágrafos 4º e 5º do art. 155 todos da Constituição, a partir da produção dos efeitos dos dispositivos a que se refere o art. 8º” do art. 9º da PEC 228/2004.

JUSTIFICAÇÃO

Esta proposta visa excluir o ICMS da PEC 228/04. A matéria merece discussão mais aprofundada tendo em vista os profundos efeitos que sua modificação, caso persista o texto da PEC, provocará não só nas finanças estaduais, mas, também, no processo de alocação de recursos e no resultado econômico dos contribuintes empresariais.

Tanto é assim, que dada a tentativa de minimizar os seus efeitos, a PEC contempla dispositivos anacrônicos, como ocorre, por exemplo, com o inciso IV do art. 3º e com o art. 5º (o primeiro com efeitos persistindo até 2011 e o segundo com a entrada em vigor do IVA em 2007) .

Tal fato, recomenda que o assunto deva ser discutido mais intensamente, sob pena de se implementar uma reforma cujos resultados não foram objetivamente estimados.

Sala da Comissão, ____ de março de 2004.

Deputado SANDRO MABEL
PL/GO